

EDITAL Nº 51/2020, DE 1º DE ABRIL DE 2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2020 PARA A CONTRATAÇÃO, POR EMPREITADA GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS PARA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DO CAMPO MUNICIPAL, NO MUNICÍPIO DE IVOTI/RS.

MARTIN CESAR KALKMANN, Prefeito Municipal de Ivoti, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às **quatorze horas do dia 23 de abril de 2020**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, se reunirá a Comissão de Licitação, com a finalidade de receber propostas para a presente Tomada de Preços, do tipo menor preço global, para a contratação, por empreitada global, de empresa especializada para execução de obras civis para revitalização da Praça do Campo Municipal, localizada no Bairro Jardim Buhler, no Município de Ivoti/RS.

Faz parte integrante deste edital, como se nele estivesse inserido: a Minuta do Contrato, constante do Anexo I; Termo de Referência, constante do Anexo II, Memorial Descritivo, constante do Anexo III; Planilha de Quantitativos, constante do Anexo IV, Cronograma Físico-Financeiro, constante do Anexo V e Projeto, constante do anexo VI.

As cópias do Edital e anexos estão a disposição dos interessados na sede do Município.

1 - DO OBJETO

A presente Licitação visa receber propostas para a contratação, por empreitada global (material e mão-de-obra), de empresa especializada para execução de obras civis para revitalização da Praça do Campo Municipal, localizada no Bairro Jardim Buhler, no Município de Ivoti/RS, conforme Planilha de Quantitativos anexa, e conforme Termo de Referência, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos.

2 - DA HABILITAÇÃO

Para efeitos de cadastramento, os interessados deverão apresentar, até o dia **20 de abril de 2020**, os seguintes documentos:

2.1 - Habilitação Jurídica:

- a)** Registro comercial no caso de empresa individual;
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedade comercial, acompanhado de documentos de eleição de seus diretores, no caso de sociedade por ações.

2.1 - Habilitação Jurídica:

- a)** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedade comercial, acompanhado de documentos de eleição de seus diretores, no caso de sociedade por ações.

2.2 - Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade;
- c) Certidões Negativas que comprovem a regularidade perante a: Fazenda Federal, quanto à dívida ativa da União e Seguridade Social (INSS);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas expedida pela Justiça do Trabalho.

2.3 - Qualificação Técnica:

- a) Registro ou Inscrição na entidade Profissional Competente (CREA) E /OU CAU da empresa e dos responsáveis técnicos;
- b) Comprovação, por meio de ficha funcional, carteira de trabalho ou contrato, de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos documentos de cadastro, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução dos serviços de características semelhantes aos do objeto licitado;
- c) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, por meio de atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificado pela entidade profissional competente, comprovando que o responsável técnico da licitante executou serviços de características semelhantes aos do objeto da licitação.
- d) A empresa licitante deverá apresentar a relação completa da equipe técnica a ser utilizada, contendo, necessariamente suas funções. A equipe deve conter no mínimo 01 Engenheiro ou Arquiteto com experiência comprovada em conformidade com o objeto do contrato através da apresentação da Certidão de Acervo Técnico (CAT).

2.4 - Qualificação Econômico-Financeira:

2.4.1 - Balanço Patrimonial já exigível e apresentado na forma da lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro no órgão competente e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

2.4.1.1- Obs. Em relação à expressão “já exigível” exposta no item “2.4.1”, tem-se que **até o dia 30 de abril:** todas as empresas poderão apresentar o balanço do penúltimo exercício, registrado no órgão competente ou enviado para Receita Federal no Brasil. **Entre o dia 30 de abril e o último dia útil de maio:** 1. As empresas que não utilizam a Escrituração Contábil Digital – ECD, deverão apresentar obrigatoriamente o balanço do último exercício financeiro devidamente registrado no órgão competente e assinado pelo responsável técnico e diretor da empresa, com a apresentação do Termo de abertura e Encerramento do Livro Diário 2. As empresas que utilizam a ECD deverão apresentar o balanço do último exercício financeiro, se o mesmo já foi encaminhado para a Receita Federal, ou do penúltimo exercício financeiro, acompanhado de documento

oficial ou de declaração firmada por contador, que comprove eu a empresa adota a ECD. **Após o último dia útil de maio:** todas as empresas deverão apresentar balanço do último exercício financeiro, devidamente registrado no órgão competente ou enviado para Receita Federal mediante SPED (Serviço Público de Escrituração Contábil Digital – ECD).

2.4.1.2- Visando dar maior confiabilidade à análise econômico-financeira, os prazos referidos no item 2.4.1.1 não se aplicam para as empresas constituídas há menos de um ano em exercício diverso ao do processo licitatório, sendo exigível, nesse caso, balanço do exercício imediatamente anterior independentemente da data, devendo ser integralmente observado o que dispõe o item 2.4.4.

2.4.2. É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

2.4.3 - Para comprovação da boa situação financeira da empresa, o Licitante deverá apresentar Planilha, através da qual serão apurados índices mínimos aceitáveis, pela aplicação da seguinte fórmula:

Índice de Liquidez Geral (LG)

Índice de Liquidez Corrente – (LC)

Índice de Solvência Geral – (SG)

$$LG = \frac{AC + ARLP}{PC + ELP} \text{ Igual ou superior a } 1,0$$

$$LC = \frac{AC}{PC} \text{ Igual ou superior a } 1,0$$

$$SG = \frac{A \text{ TOTAL}}{PC + ELP} \text{ Igual ou superior a } 1,0$$

AC = Ativo Circulante.

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante.

ELP = Exigível a Longo Prazo

A TOTAL = *Ativo total diminuído dos valores não passíveis de conversão em dinheiro, tais como ativo diferido, despesas pagas antecipadamente, imposto de renda diferido, etc.*

2.4.4. Será permitido, de forma excepcional, apresentação de Balanço Patrimonial de Abertura às empresas constituídas no curso do próprio exercício do processo licitatório. A exceção não se aplica a empresas constituídas em exercício diverso, mesmo que constituídas há menos de um ano, devendo nesse caso apresentar balanço de encerramento do último exercício.

2.4.5. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com prazo não superior a sessenta (60) dias, contados da data do cadastro, caso não tenha validade expressa no documento.

2.5 - Cumprimento do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, por meio de declaração da proponente de que não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e

menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos.

2.6 - Todos os documentos constantes dos itens 2.1 a 2.5, deverão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou funcionário do Município, ou publicação na imprensa local.

2.7 - Os licitantes devidamente cadastrados deverão revalidar até o dia **20 de abril de 2020**, os documentos porventura vencidos constantes do cadastro.

3 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

As propostas serão recebidas pela comissão de licitação no dia, local e horário mencionados no preâmbulo, em uma via **datilografada ou digitada**, assinada em sua última folha e rubricada pelos proponentes ou seus procuradores constituídos, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, em dois envelopes distintos, fechados, contendo, na sua parte externa fronteira as seguintes inscrições:

AO
MUNICÍPIO DE IVOTI
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2020
ENVELOPE Nº 1 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE: (nome completo da empresa)

AO
MUNICÍPIO DE IVOTI
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2020
ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA
PROPONENTE: (nome completo da empresa)

3.1 - O envelope nº 1 deverá conter:

a) Certificado de Registro Cadastral atualizado fornecido pelo Município;

b) Certidão Negativa de Débito junto ao INSS e FGTS;

c) Declaração do proponente de que está ciente e concorda com os termos do Edital;

d) **Atestado de visita ao local da obra, fornecido pelo Município.**

As visitas técnicas são individuais e deverão ocorrer em até três dias úteis anteriores a data da licitação e cada proponente deverá agendar sua visita antecipadamente junto ao Departamento de Planejamento Urbano através do telefone 51-3563.6788 com a engenheira Cristina da Silva, CREA/RS 208482.

e) Declaração emitida pelo licitante atestando que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

3.2 - A pessoa jurídica que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 3.3 e 5.1 a 5.4 deste edital, deverão apresentar, no envelope de habilitação, **Certidão expedida pela Junta Comercial, ou Declaração assinada pelo Representante Legal da empresa conjuntamente com o contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte**, além de todos os documentos previstos no item 3.1 deste edital.

3.2.1 - As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 3.3 e 5.1 a 5.4 deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, **Certidão expedida pela Junta Comercial, ou Declaração assinada pelo Representante Legal da empresa conjuntamente com o contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima**, além de todos os documentos previstos no item 3.1 deste edital.

3.3 - A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.2.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos na alínea b, do item 3.1, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

3.3.1 - O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

3.3.2 - O prazo de que trata o item 3.3 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

3.3.3 - A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 3.3, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 14 deste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.4 - Os documentos constantes do item 3.1, deverão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou funcionário do Município, ou publicação na imprensa local.

3.5 - Se o proponente se fizer representar, deverá juntar, por ocasião da abertura dos envelopes, procuração ou carta de credenciamento, outorgando com poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente Licitação, e, em se tratando de Sócio da empresa, juntar cópia autenticada do Contrato Social ou Requerimento de Empresário arquivado na Junta Comercial, bem como apresentar documento de identificação.

3.6 - O envelope nº 2 deverá conter:

a) Proposta financeira em moeda corrente nacional (real), estabelecendo o valor global da obra (material e mão-de-obra), conforme planilha constante do anexo III, discriminando o valor unitário de cada item, observando a proporcionalidade entre o item e o valor total da obra, bem como entre o valor da mão-de-obra e do material, tendo como parâmetro o orçamento do município;

b) O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a trinta (30) dias.

c) Cronograma Físico-Financeiro;

d) Detalhamento do BDI

e) Detalhamento dos Encargos Sociais

3.7 - No valor da proposta, deverá estar discriminado a previsão de custo da aquisição dos materiais, eventual locação de equipamentos e outros custos

necessários para a execução dos serviços, que serão referidos nas cláusulas contratuais acerca das retenções previdenciárias.

3.8 - Serão desclassificadas as propostas das empresas licitantes que apresentarem preço global superior ao valor orçado pelo município R\$ 93.582,25 (noventa e três mil, quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

4 - DO JULGAMENTO

4.1 - O julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em consideração o menor preço global.

4.2 - Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei n.º 8.666/93.

5 - CRITÉRIO DE DESEMPATE

5.1 - Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.2 e 3.2.1, deste edital.

5.1.2 - Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

5.1.3 - A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

5.2 - Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 2 (dois) dias, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 5.1.2 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea *a* deste item.

c) se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

5.3 - Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 5.2 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

5.4 - O disposto nos itens 5.1 à 5.3, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências do item 3.2 e 3.2.1, deste edital).

5.5 - As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

6 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado conforme medições a serem realizadas, atendendo o Cronograma Físico-Financeiro, mediante apresentação de Nota Fiscal correspondente aos serviços prestados, bem como cópia da GFIP ou outro documento que venha a substituir (com no mínimo quatro(3) empregados registrados durante a vigência do contrato), comprovante do recolhimento das contribuições devidas ao INSS relativo aos empregados da empresa que laborarem nos serviços licitados, com a aprovação do responsável técnico da Prefeitura, sendo que, obrigatoriamente, o valor da última parcela não poderá ser inferior a **15%** (quinze por cento) do valor total da mão de obra, a qual será paga em até 10 (dez) dias após a apresentação da Certidão Negativa da obra e da empresa junto ao INSS e relação de empregados que participaram da execução do contrato.

6.2 - O pagamento será efetuado mediante depósito em conta bancária, cujo titular, necessariamente deverá ser a licitante.

6.3 - Nas Notas Fiscais, deverão constar os custos realmente efetivados com aquisição dos materiais, eventual locação de equipamentos e outros custos necessários para a execução dos serviços, para fins de cálculo da retenção previdenciária, sendo que a ausência desta discriminação importará na utilização de 100% do valor como base de cálculo para esta retenção.

6.4 - A Contratada deverá entregar junto com as Notas Fiscais, as guias de recolhimento de impostos, o número de conta para depósito, as Certidões perante a Previdência Social, junto ao FGTS e Certidão Municipal

6.5 - Por ocasião do pagamento deverá ser feita a retenção do INSS prevista na Instrução Normativa RFB nº 971/2009, salvo nos casos previstos em lei específica.

7 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo para a execução das obras e vigência do contrato será de dois(2) meses, atendendo o Cronograma Físico-Financeiro, a contar da data da expedição da Ordem de Início dos Serviços.

8 - DOS RECURSOS

Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do Artigo 109, da Lei Federal nº 8.666, atualizada pela Lei nº 8.883.

9 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa será classificada na seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS

4.4.90.51.00.00.00 - Obras e Instalações

10 - DO PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

10.1 - Esgotados todos os prazos recursais, a Administração convocará o vencedor para, no prazo 5 (cinco) dias assinar o Contrato, sob pena de recair

do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666/93;

10.2 - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo constante do item anterior.

10.3 - Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o Contrato, a administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste edital, ou então, revogará a Licitação, sem prejuízo da pena de multa no valor correspondente a 20% do valor do Contrato e da aplicação das demais sanções previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.

11 - DO CONTRATO

11.1 - A Licitante vencedora que não possuir inscrição no CREA/RS, deverá apresentar por ocasião da assinatura do Contrato o visto do CREA/RS, sob pena de aplicação das sanções e penalidades previstas no item 14 do Edital (Para os certificados de registro, se registrados em CREA de outro Estado).

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

12.1. Do Contrato deverá constar as seguintes obrigações do contratado:

- a)** arcar com as despesas referentes ao objeto da presente Licitação, inclusive os tributos municipais, estaduais e federais incidentes sobre o mesmo;
- b)** manter, durante todo o prazo de vigência contratual as condições de habilitação assumidas;
- c)** providenciar no prazo de dois (2) dias após a assinatura do Contrato a Matrícula das Obras de Construção Civil (CEI), juntamente com a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra e /ou RRT;
- d)** responsabilizar-se pela contratação de tantos funcionários, quantos necessários, para a realização dos serviços contratados;
- e)** responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da inobservância de normas de saúde, higiene e segurança sem qualquer ônus ao município;
- f)** arcar com todas as despesas referentes à legislação social e trabalhista, tais como indenizações, seguros de acidentes de trabalho, enfermidades, repouso semanal, FGTS, remuneração e contribuições da previdência social e outras;
- g)** fornecer, por sua conta, e aos seus funcionários, os equipamentos de segurança do trabalho necessários para a prestação dos serviços;
- h)** ressarcir o Município por eventuais danos causados a este ou a terceiros por culpa ou dolo de seus funcionários ou prestadores de serviços;
- i)** executar os serviços propostos dentro das condições estipuladas neste termo de referência;
- j)** colocar à disposição da Contratante atendimento diferenciado para solução imediata de eventuais problemas no decorrer do contrato;
- k)** apresentar e colocar à disposição da Contratante soluções que mantenham a segurança e a qualidade dos serviços contratados;

- l)** manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
- m)** comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- n)** selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elemento com funções legalmente registradas em sua carteira de trabalho;
- o)** instruir seu empregado quanto à necessidade de acatar orientações da Contratada inclusive quanto ao cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho;
- p)** fornecer e determinar que seus funcionários utilizem os equipamentos individuais (EPI'S) e coletivos (EPC's) de segurança;
- q)** realizar o controle de serviços, clima e funcionários através do Diário de Obra, que será entregue com cópia atualizada à fiscalização da obra semanalmente impreterivelmente, sob pena de não liberação da medição. O Diário de Obra deverá ser assinado pelo responsável técnico pela execução das obras e pela Fiscalização;
- r)** efetuar, às suas expensas, toda a sinalização necessária à realização da obra;
- s)** oferecer caminhos alternativos e seguros para passagem de veículos e pedestres, quando necessário;
- t)** realizar e arcar com todos os custos relativos a correta destinação dos resíduos da construção civil oriundos da realização das obras;
- u)** responsabilizar-se por eventuais reclamações trabalhistas, quaisquer encargos e/ou ações judiciais de outra ordem, sendo que, se o Município for acionado judicialmente por funcionários e/ou prestadores de serviços da empresa Licitante, fará sua defesa, denunciando à lide a empresa a ser contratada, sendo que esta compromete-se em requerer a exclusão da lide do Município e fazer a defesa, sendo que, se ao final de qualquer demanda judicial, houver condenação do Município, a empresa Licitante, deverá expressamente responsabiliza-se em pagar o débito determinado pela sentença ou acórdão, mas se assim não o fizer, o contrato a ser firmado poderá ser rescindido automaticamente.
- v)** quando do recebimento da ordem de início dos serviços a empresa deverá apresentar por escrito a lista de funcionários que executarão o mesmo, informando CPF, Pis e qualificação profissional, a fim de viabilizar a fiscalização. Este documento deverá ser firmado pelo responsável técnico da empresa.

12.2 - Constituirão motivos para a rescisão do Contrato, independentemente de qualquer notificação judicial ou extra-judicial:

- a)** falência, concordata ou dissolução;
- b)** transferência do Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização escrita do **CONTRATANTE**;
- c)** descumprimento de qualquer das obrigações estipuladas.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Na aplicação das sanções e penalidades previstas nos incisos abaixo, com fulcro nos arts. 86, 87 e 88 da lei de licitações 8.666/93, devem ser consideradas as seguintes circunstâncias: a natureza e a gravidade da infração contratual; os danos que o cometimento da infração ocasionar ao serviço e aos usuários; a vantagem auferida em virtude da infração; as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes; os antecedentes da contratada.

I-a **recusa injustificada da assinatura do contrato** será considerado como inadimplemento total do contrato e as penalidades a ser aplicadas são as previstas no inciso III, no que couber;

II-O **atraso** injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, no valor correspondente a 0,33% do valor do contrato, por dia de atraso, limitado a **20 dias**, sob pena de, ultrapassado esse prazo, caracterização de **inadimplemento total** do objeto do contrato, autorizando a aplicação de penalidades previstas no inciso III.

a) a multa a que alude este inciso II não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta cláusula, dependendo do dano causado ao interesse público.

b) a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

III - Pela **inexecução total ou parcial** do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) advertência por instrumento formal, firmada pelo fiscal do contrato;

b) multa em valor equivalente a **20%** do valor do contrato; quando o **inadimplemento por total** e multa em valor equivalente a **10%** do valor do contrato quando o **inadimplemento por parcial**, independente do percentual já concluído do contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo a ser arbitrado pela administração considerado o disposto no parágrafo 1º, não superior a 2 (dois) anos;

d) considerando a gravidade das consequências do inadimplemento do contrato, poderá a administração **declarar a inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do inciso III poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida na alínea “d”, do inciso III prevista nesta cláusula é de **competência exclusiva do Secretário Municipal**, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

§ 4º: As sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do inciso III poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por este instrumento e pela lei de licitações:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

§ 5º: a aplicação das sanções e penalidades aqui previstas não exime a contratada de responder por perdas e danos que causar a administração em razão de conduta ilícita praticada.

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender a qualquer das disposições do presente Edital;

15.2 - Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação de documentos e propostas exigidas no Edital e não apresentadas na reunião de recebimento, exceto as hipóteses previstas nos itens 3.3 e 5.2 deste edital;

15.3 - Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos;

15.4 - Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados, bem como os membros da Comissão Julgadora;

15.5 - Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não serão admitidos à Licitação os participantes retardatários;

15.6 - A fiscalização da execução dos serviços, objeto da licitação, ficará à cargo do Município;

15.7 - A intimação de todos os licitantes de todo e qualquer ato praticado nesta licitação dar-se-á por meio de publicação na imprensa oficial do município (Diário Oficial dos Municípios), caso não estejam presentes nas reuniões;

15.8 - Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 10 horas às 17 horas, de segunda a sexta-feira, no Departamento de Licitações, sito na Av. Presidente Lucena, 3527, Centro, Ivoti/RS, ou pelo telefone nº (51) 3563.8800, ramal 243.

Prefeitura Municipal de Ivoti, ao primeiro(1º) dia do mês de abril de 2020.

MARTIN CESAR KALKMANN
Prefeito Municipal

Ciente e de acordo com o Edital:

Tomas Baumgarten Rost
Procurador
OAB/RS 059.666

ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATAÇÃO, POR EMPREITADA GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS PARA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DO CAMPO MUNICIPAL, NO MUNICÍPIO DE IVOTI/RS.

O **MUNICÍPIO DE IVOTI/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida na Av. Presidente Lucena, 3527, na cidade de Ivoti/RS, com CNPJ nº 88.254.909/0001-17, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MARTIN CESAR KALKMANN**, ora denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, por outro lado a empresa....., representada por , Sr. , sediada à , nº , em , inscrita no CNPJ/MF sob nº , Inscrição Estadual nº , de ora em diante denominada **CONTRATADA**, deliberam firmar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições, sujeitando-se às normas da Lei nº 8.666/93, regulamentada pela Lei nº 8.883/94, bem como à Tomada de Preços nº 5/2020:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O presente contrato tem por objeto a contratação, por empreitada global (material e mão-de-obra), de empresa especializada para a execução de obras civis para revitalização da Praça do Campo Municipal, localizada no Bairro Jardim Buhler, no Município de Ivoti/RS, conforme Planilha de Quantitativos anexa, e conforme Termo de Referência, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro e Projeto.

CLÁUSULA SEGUNDA:

A **CONTRATANTE** pagará, pelo objeto do presente Contrato, o valor total de R\$.., considerando o material em R\$ e a mão-de-obra em R\$

CLÁUSULA TERCEIRA:

O pagamento será efetuado conforme medições a serem realizadas, atendendo o Cronograma Físico-Financeiro, mediante apresentação de Nota Fiscal correspondente aos serviços prestados, bem como cópia da GFIP ou outro documento que venha a substituir (com no mínimo quatro(3) empregados registrados durante a vigência do contrato), comprovante do recolhimento das contribuições devidas ao INSS relativo aos empregados da empresa que laborarem nos serviços licitados, com a aprovação do responsável técnico da Prefeitura, sendo que, obrigatoriamente, o valor da última parcela não poderá ser inferior a **15%** (quinze por cento) do valor total da mão de obra, a qual será paga em até 10 (dez) dias após a apresentação da Certidão Negativa das obras e da empresa junto ao INSS e relação de empregados que participaram da execução do contrato.

Parágrafo Primeiro - O pagamento será efetuado mediante depósito em conta bancária, cujo titular, necessariamente deverá ser a licitante.

Parágrafo Segundo - Nas Notas Fiscais, deverão constar os custos realmente efetivados com aquisição dos materiais, eventual locação de equipamentos e outros custos necessários para a execução dos serviços, para fins de cálculo da retenção previdenciária, sendo que a ausência desta discriminação importará na utilização de 100% do valor como base de cálculo para esta retenção.

Parágrafo Terceiro - A Contratada deverá entregar junto com as Notas Fiscais, as guias de recolhimento de impostos, o número de conta para depósito, as Certidões perante a Previdência Social, junto ao FGTS e Certidão Municipal

Parágrafo Quarto - Por ocasião do pagamento deverá ser feita a retenção do INSS prevista na Instrução Normativa RFB nº 971/2009, salvo nos casos previstos em lei específica.

CLÁUSULA QUARTA:

O prazo para a execução da obra e vigência do contrato será de dois(2) meses, atendendo o Cronograma Físico-Financeiro, a contar da data da expedição da Ordem de Início dos Serviços.

CLÁUSULA QUINTA:

Compromete-se a **CONTRATADA** manter-se, durante todo o prazo do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como nas condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA:

O **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente Contrato, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, se a **CONTRATADA**:

- a) falir, entrar em concordata ou se dissolver;
- b) não cumprir qualquer das obrigações estipuladas;
- c) transferir o Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização escrita do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Único - No caso de rescisão por um dos motivos prescritos nesta cláusula, a **CONTRATADA** receberá apenas os valores correspondentes aos serviços efetivamente realizados.

CLÁUSULA SÉTIMA:

São Obrigações da **CONTRATADA**:

- a) arcar com as despesas referentes ao objeto da presente Licitação, inclusive os tributos municipais, estaduais e federais incidentes sobre o mesmo;
- b) manter, durante todo o prazo de vigência contratual as condições de habilitação assumidas;
- c) providenciar no prazo de dois (2) dias após a assinatura do Contrato a Matrícula da Obra de Construção Civil (CEI), juntamente com a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra e /ou RRT;
- d) responsabilizar-se pela contratação de tantos funcionários, quantos necessários, para a realização dos serviços contratados;
- e) responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da inobservância de normas de saúde, higiene e segurança sem qualquer ônus ao município;
- f) arcar com todas as despesas referentes à legislação social e trabalhista, tais como indenizações, seguros de acidentes de trabalho, enfermidades, repouso semanal, FGTS, remuneração e contribuições da previdência social e outras;
- g) fornecer, por sua conta, e aos seus funcionários, os equipamentos de segurança do trabalho necessários para a prestação dos serviços;
- h) ressarcir o Município por eventuais danos causados a este ou a terceiros por culpa ou dolo de seus funcionários ou prestadores de serviços;

- i) executar os serviços propostos dentro das condições estipuladas neste termo de referencia;
- j) colocar à disposição da Contratante atendimento diferenciado para solução imediata de eventuais problemas no decorrer do contrato;
- k) apresentar e colocar à disposição da Contratante soluções que mantenham a segurança e a qualidade dos serviços contratados;
- l) manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
- m) comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- n) selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elemento com funções legalmente registradas em sua carteira de trabalho;
- o) instruir seu empregado quanto à necessidade de acatar orientações da Contratada inclusive quanto ao cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho;
- p) fornecer e determinar que seus funcionários utilizem os equipamentos individuais (EPI'S) e coletivos (EPC's) de segurança;
- q) realizar o controle de serviços, clima e funcionários através do Diário de Obra, que será entregue com cópia atualizada à fiscalização da obra semanalmente impreterivelmente, sob pena de não liberação da medição. O Diário de Obra deverá ser assinado pelo responsável técnico pela execução das obras e pela Fiscalização;
- r) efetuar, às suas expensas, toda a sinalização necessária à realização da obra;
- s) oferecer caminhos alternativos e seguros para passagem de veículos e pedestres, quando necessário;
- t) realizar e arcar com todos os custos relativos a correta destinação dos resíduos da construção civil oriundos da realização das obras;
- u) responsabilizar-se por eventuais reclamações trabalhistas, quaisquer encargos e/ou ações judiciais de outra ordem, sendo que, se o Município for acionado judicialmente por funcionários e/ou prestadores de serviços da empresa Licitante, fará sua defesa, denunciando à lide a empresa a ser contratada, sendo que esta compromete-se em requerer a exclusão da lide do Município e fazer a defesa, sendo que, se ao final de qualquer demanda judicial, houver condenação do Município, a empresa Licitante, deverá expressamente responsabiliza-se em pagar o débito determinado pela sentença ou acórdão, mas se assim não o fizer, o contrato a ser firmado poderá ser rescindido automaticamente.
- v) quando do recebimento da ordem de início dos serviços a empresa deverá apresentar por escrito a lista de funcionários que executarão o mesmo, informando CPF, Pis e qualificação profissional, a fim de viabilizar a fiscalização. Este documento deverá ser firmado pelo responsável técnico da empresa.

CLÁUSULA OITAVA:

Na aplicação das sanções e penalidades previstas nos incisos abaixo, com fulcro nos arts. 86, 87 e 88 da lei de licitações 8.666/93, devem ser consideradas as seguintes circunstâncias: a natureza e a gravidade da infração contratual; os danos que o cometimento da infração ocasionar ao serviço e aos usuários; a vantagem auferida em

virtude da infração; as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes; os antecedentes da contratada.

I-a **recusa injustificada da assinatura do contrato** será considerado como inadimplemento total do contrato e as penalidades a ser aplicadas são as previstas no inciso III, no que couber;

II-O **atraso** injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, no valor correspondente a 0,33% do valor do contrato, por dia de atraso, limitado a **20 dias**, sob pena de, ultrapassado esse prazo, caracterização de **inadimplemento total** do objeto do contrato, autorizando a aplicação de penalidades previstas no inciso III.

a) a multa a que alude este inciso II não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta cláusula, dependendo do dano causado ao interesse público.

b) a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

III - Pela **inexecução total ou parcial** do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) advertência por instrumento formal, firmada pelo fiscal do contrato;

b) multa em valor equivalente a **20%** do valor do contrato; quando o **inadimplemento por total** e multa em valor equivalente a **10%** do valor do contrato quanto o **inadimplemento por parcial**, independente do percentual já concluído do contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo a ser arbitrado pela administração considerado o disposto no parágrafo 1º, não superior a 2 (dois) anos;

d) considerando a gravidade das consequências do inadimplemento do contrato, poderá a administração **declarar a inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do inciso III poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida na alínea “d”, do inciso III prevista nesta cláusula é de **competência exclusiva do Secretário Municipal**, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

§ 4º: As sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do inciso III poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por este instrumento e pela lei de licitações:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

§ 5º: a aplicação das sanções e penalidades aqui previstas não exime a contratada de responder por perdas e danos que causar a administração em razão de conduta ilícita praticada.

CLÁUSULA NONA:

A fiscalização da execução da obra, objeto do contrato, ficará ao cargo do Município, através da responsável técnica, Sra. Cristina da Silva, CREA/RS 208482.

CLÁUSULA DÉCIMA:

A despesa será classificada na seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS

4.4.90.51.00.00.00 – Obras e Instalações

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

As dúvidas resultantes da interpretação do presente contrato serão discriminadas em juízo, ficando eleito o Foro da Comarca de Ivoti /RS.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que se produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Prefeitura Municipal de Ivoti,

MARTIN CESAR KALKMANN

Contratante

Contratada

Fiscal:

Testemunhas:

Ciente em:

Tomas Baumgarten Rost

Procurador

OAB/RS 059.666

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DO CAMPO MUNICIPAL - OBRAS CIVIS

1. Do Objeto:

O objeto da presente licitação é a contratação, por empreitada global, de empresa especializada para execução de obras civis para revitalização da Praça do Campo Municipal, localizada no bairro Jardim Buhler, no Município de Ivoti/RS.

O escopo do Projeto Executivo de Urbanismo compreende a revitalização da Praça através de execução de diversas melhorias e recuperações de locais danificados na praça, com execução de pavimentação, espaço para playground, melhorias nas quadras de vôlei de areia e regularização no piso de concreto da quadra de futebol. As obras compreendem ainda construção de escada para acesso pela Rua Nova Petrópolis.

2. Justificativa:

As obras de execução de revitalização da Praça do Campo Municipal visam atender à melhoria da qualidade de vida da população, buscando qualificar os espaços de lazer existentes no bairro Jardim Buhler, dentro do Município de Ivoti.

3. Local:

A revitalização será executada na Praça do Campo Municipal, área situada na quadra 191 do Bairro Jardim Buhler, com testadas para as ruas Santa Maria, Nova Petrópolis e Caxias do Sul, no Município de Ivoti/RS.

4. Disposições Gerais:

Os serviços deverão obrigatoriamente ser executados de acordo com este Termo de Referência.

A CONTRATADA deverá declarar a plena aceitação e submissão à Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos, relativa ao teor das especificações técnicas e de serviços constantes dos Memoriais Descritivos, bem como de todas as disposições legais que se aplicam à espécie.

Os itens e quantitativos constantes no quadro de orçamento são estimativos, devendo ser conferidos pelo PROPONENTE.

No preço máximo, deverão estar incluídos os dissídios coletivos, seguros em geral, encargos de legislação social, trabalhista, previdenciária, infortúnio do trabalho, hospedagem, locomoções, tributos, administração, lucro e quaisquer outras despesas necessárias não especificadas neste Termo, mas julgadas essenciais à execução do objeto.

Ocorrerão, por conta da CONTRATADA, o fornecimento de todas as ferramentas e equipamentos de trabalho e de segurança, além de todos os serviços e materiais correlatos necessários para a realização dos serviços descritos nos Memoriais Descritivos e na relação de quantitativos.

Nenhuma alteração nos Projetos ou Memoriais Descritivos, determinando ou não encarecimento da obra, será executada sem autorização do CONTRATANTE.

Sempre que for sugerida pela CONTRATADA qualquer modificação, esta deverá ser acompanhada de orçamento correspondente, se apresentar alteração de preço para mais ou para menos.

A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade e garantia pela execução de quaisquer modificações que forem eventualmente por ele propostas e aceitas pelo CONTRATANTE e pelo Autor do Projeto.

TODOS os itens e materiais a serem utilizados na obra serão fornecidos pela CONTRATADA, assim como seu transporte, manuseio e guarda.

No caso de má execução dos serviços, a contratante poderá exigir a demolição e reconstrução do referido serviço, sem qualquer ônus para a contratante, tanto no que tange à mão de obra quanto ao fornecimento do material.

Serão descontadas da fatura da contratada, eventuais multas aplicadas ao município de Ivoti, Estado do Rio Grande do Sul, pela inobservância de normas e posturas municipais, de segurança do trabalho ou quaisquer outras decorrentes dos serviços objeto deste Termo.

A licitante deverá se responsabilizar por todas as despesas exigidas pelos órgãos competentes como Tributos Municipais, CREA, CAU, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, assistência médica, taxas, alvará, ART, RRT, transporte de materiais e funcionários, bem como, quaisquer outras despesas necessárias para a execução das obras.

A licitante é responsável por danos causados diretamente a administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando a execução dos serviços.

Todas as informações e esclarecimentos sobre o presente Termo de Referência serão prestados pelo Departamento de Planejamento Urbano.

Endereço: Rua José de Alencar, 780 – Centro – Ivoti/RS
Telefone: 51-3563.6788

A Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos designará 01 (um) técnico para o gerenciamento do contrato, fiscalização da obra e realização de medições, cuja identificação e contatos serão fornecidos à CONTRATADA anteriormente ao início das obras.

5. Valores Estimados:

Os valores estimados para realização do serviço objeto deste Termo de Referência estão detalhados na Planilha Orçamentária.

6. Especificação dos Serviços Contratados

Os serviços técnicos a serem contratados deverão ser executados de acordo com os Memoriais Descritivos e projetos anexos.

7. Prazos:

O prazo total para execução das obras de revitalização será de dois meses, a contar do dia de recebimento da Ordem de Serviço.

8. Qualificação Técnica:

A CONTRATADA deverá apresentar a relação completa da equipe técnica a ser utilizada, contendo, necessariamente suas funções. A equipe deve conter no mínimo 01 Engenheiro ou Arquiteto com experiência comprovada em conformidade com o objeto do contrato através da apresentação da Certidão de Acervo Técnico (CAT).

A empresa deverá ter registro no conselho profissional competente, bem como o responsável técnico.

O referido responsável técnico responderá pela execução de todos os serviços envolvidos nas obras emitindo, para tanto, o Registro de Responsabilidade técnica (RRT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra.

9. Gerenciamento, Fiscalização e Medições:

A Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos designará técnico para gerenciamento, fiscalização de obra e realização de medições, que será responsável por acompanhar todos os processos que envolvam o contrato, promovendo, se necessário, reuniões entre a equipe técnica da Prefeitura e a CONTRATADA para atualização e alinhamento de informações, solucionando eventuais dúvidas e ou dificuldades e permitindo o bom andamento da obra.

Esse profissional também será responsável por receber medições com entrega de planilha elaborada e assinada pelo técnico responsável pela execução dos serviços e atestar as faturas apresentadas para pagamento, validando-as ou devolvendo-as quando apresentarem erros ou falta de documentação. O fiscal também verificará e informará se os custos e andamento do serviço estão se desenvolvendo de acordo com a ordem de serviço, com o cronograma físico-financeiro, com os termos do contrato, do projeto e do orçamento;

A CONTRATADA não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e

condições do contrato, bem como de tudo o que estiver contido no projeto, nas normas, especificações e métodos citados.

10. Visita Técnica

Deverá ser feito o levantamento técnico das condições necessárias para a execução dos serviços, através de PRÉVIA VISITAÇÃO aos locais das obras.

As visitas técnicas serão individuais e deverão ocorrer em até 3 dias úteis antes da licitação e cada proponente deverá agendar sua visita antecipadamente junto ao Departamento de Planejamento Urbano através do telefone ou 51-3563.6788.

É de total competência do PROPONENTE, efetuar a completa verificação dos locais das obras, dos Projetos, dos Memoriais Descritivos e dos demais documentos anexos a este edital de licitação antes da realização da visita técnica.

11. Obrigações da Contratada

I - Executar os serviços propostos dentro das condições estipuladas neste termo de referência;

II - Colocar à disposição da Contratante atendimento diferenciado para solução imediata de eventuais problemas no decorrer do contrato;

III - Apresentar e colocar à disposição da Contratante soluções que mantenham a segurança e a qualidade dos serviços contratados;

IV - Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

V - Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

VI - Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando profissional com funções legalmente registradas em sua carteira de trabalho;

VII - Instruir seu empregado quanto à necessidade de acatar orientações da CONTRATANTE inclusive quanto ao cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho;

VII - Fornecer e determinar que seus funcionários utilizem os equipamentos individuais (EPI's) e coletivos (EPC's) de segurança;

IX Declarar que a empresa não possui ou emprega menores de idade em seu quadro funcional;

X - Efetuar, às suas expensas, toda a sinalização necessária à realização da obra;

XI - Oferecer caminhos alternativos e seguros para passagem de veículos e pedestres, quando necessário;

XII - Realizar o controle de serviços, clima e funcionários através do Diário de Obra, que será entregue com cópia atualizada à fiscalização da obra semanalmente impreterivelmente, sob pena de não liberação da medição. O Diário de Obra deverá ser assinado pelo responsável técnico pela execução das obras e pela Fiscalização;

XIII – Realizar e arcar com todos os custos relativos a correta destinação dos resíduos da construção civil oriundos da realização das obras;

12. Medições e Condições de Pagamento:

A CONTRATADA deve encaminhar as planilhas de medições assinadas pelo responsável técnico da empresa com 5 (cinco) dias úteis de antecedência para liberação de emissão das Notas Fiscais.

A emissão da Nota Fiscal por parte da empresa ocorrerá apenas após a análise e aprovação das medições por parte do responsável técnico designado pela Secretaria de Obras.

Na nota deverá constar o número do empenho. A empresa deve entregar junto com as Notas Fiscais, as guias de recolhimento de impostos e número de conta para depósito.

A Nota Fiscal e ou fatura que contiver erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação;

A Nota Fiscal e ou fatura deverão ser correspondentes aos serviços executados;

O pagamento apenas será efetivado após verificação da regularidade fiscal junto a Secretaria da Fazenda ou, se for o caso, com a apresentação das certidões necessárias para esse fim.

O pagamento fica condicionado à prova de regularidade (apresentar Certidão) perante a Previdência Social, junto ao FGTS e Certidão Municipal;

O pagamento será efetuado seguindo o cronograma de pagamentos da Secretaria da Fazenda deste Município e mediante liberação da equipe técnica.

Fica expressamente vedada qualquer pretensão de pagamento antecipado.

Ivoti, 25 de março de 2020

Cíntia Enilda Souza
Engenheira Civil – CREA 194785

ANEXO III - MEMORIAL DESCRITIVO

Obra: REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DO CAMPO MUNICIPAL

Endereço: Rua Santa Maria, 800, esquina entre Rua Nova Petrópolis e Rua Caxias do Sul
- Bairro Jardim Buhler - Ivoti / RS

Área: 2.172,45m²

O presente Memorial Descritivo visa estabelecer as condições para a execução de revitalização da Praça do Campo Municipal, situada em Ivoti-RS, descrevendo os materiais de construção a utilizar, indicando os locais onde estes materiais serão empregados e determinando as técnicas exigidas em seu emprego.

A - CRONOGRAMA DA OBRA:

A.1 - A obra deverá ser executada no prazo de 2 meses a contar da ordem de início.

B - VERIFICAÇÕES PRELIMINARES

B.1 - Compete ao proponente efetuar completa verificação preliminar do Memorial Descritivo e Projeto em anexo.

B.2 - Os itens e quantitativos constantes no Quadro de Orçamento são meros PARÂMETROS ESTIMATIVOS.

B.3 - Caso sejam constatadas quaisquer discrepâncias, omissões ou incorreções, inclusive sobre qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, estas deverão ser imediatamente informadas ao Departamento de Planejamento até **3 DIAS ÚTEIS** antes da entrega da proposta orçamentária, para permitir a adequação do projeto e/ou orçamento, e posterior comunicação a todos os proponentes.

C - PRECEDÊNCIA DE DADOS:

C.1 - Em caso de divergência entre o Quadro de Orçamento e o Memorial Descritivo, prevalecerá sempre o primeiro.

C.2 - Em caso de divergência entre o Memorial Descritivo e o Projeto, prevalecerá sempre o último.

C.3 - Em caso de divergência entre as cotas das plantas e suas dimensões medidas em escala, prevalecerão sempre as primeiras.

D - MODIFICAÇÕES NO PROJETO:

D.1 - Nenhuma alteração no Projeto ou Memorial Descritivo, determinando ou não encarecimento da obra, será executada sem autorização do Contratante e do Autor do Projeto.

D.2 - Sempre que for sugerida pelo Executante qualquer modificação, esta deverá ser acompanhada de orçamento correspondente, se apresentar alteração de preço para mais ou para menos.

E - RESPONSABILIDADE PARA ALTERAÇÕES SUGERIDAS:

E.1 - O Executante assumirá integral responsabilidade e garantia pela execução de quaisquer modificações que forem eventualmente por ele propostas e aceitas pelo Contratante e pelo Autor do Projeto.

F - ESPECIFICAÇÕES GERAIS DE MATERIAIS:

F.1 - o Executante só poderá usar qualquer material depois de examinado e aprovado pelo Fiscal Técnico.

F.2 - Cada lote de material deverá ser comparado com a respectiva amostra, previamente aprovada pelo Fiscal Técnico e guardada no canteiro da obra.

F.3 - Caso surja, neste Memorial Descritivo, a expressão “ou similar”, fica subentendido que tal alternativa será precedida de consulta e sujeita a aprovação de amostra.

G - TÉCNICAS DE EXECUÇÃO:

G.1 - Todos os serviços, independente de especificação, ou detalhamento, deverão atender às normas técnicas vigentes da **ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas**, e serem executados sob a orientação de profissional habilitado junto ao **CREA - Conselho Regional de Engenharia ou CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo**.

H - DOCUMENTAÇÃO INCLUÍDA NO CONTRATO:

H.1 - O memorial Descritivo ficará fazendo parte integrante do Contrato e valendo como se, no mesmo, efetivamente transcrito fosse.

I - DIÁRIO DE OBRAS:

I.1 - Deverá ser instituído um Diário de Obras.

I.2 - Toda a comunicação entre a Contratada e a Fiscalização deverá ser feita por escrito, através do Diário de Obras, além do preenchimento normal dos campos, diariamente.

J - TERMO DE CONCLUSÃO:

J.1 - A obra será recebida globalmente no seu final pela comissão de recebimento de obras através de um termo de conclusão provisório.

J.2 - Após 90 dias do recebimento provisório e da nova revisão, a comissão de recebimento de obras emitirá o termo de conclusão definitivo.

§§§ Todas as obrigações, (Municipais, Estaduais e Federais), despesas legais com a legislação em vigor, necessários a execução da obra tais como taxas do CAU, CREA, IAPAS, INSS, registros, impostos diversos, seguros, obrigações empregatícias, contratuais e outros pertinentes a construção, serão de competência e responsabilidade da empresa construtora.

A contratante fornecerá o projeto, contraindo a responsabilidade de emissão e quitação da ART de projeto.

O responsável técnico pela execução, da Construtora, deverá instruir o mestre de obras bem como os demais operários (carpinteiros, eletricitas, etc.) para a perfeita execução da obra. Todas as despesas gerais para a iniciação da obra e despesas de ligação e consumo durante a execução da obra serão custeadas pela construtora, além disso, deverá manter na obra equipamentos de segurança e exigindo a utilização dos mesmos, em atendimento a NR 18 do Ministério do Trabalho. Terá também local para atendimento de primeiros socorros, bem como os devidos medicamentos. Será de competência da construtora o fornecimento de toda a mão de obra, material para serviços e equipamentos (maquinaria, ferramentas, transporte vertical e horizontal), necessários para imprimir ao trabalho um andamento de acordo com o cronograma de execução. Os materiais de construção deverão ser de 1ª qualidade, sob pena de serem rejeitados na entrega ou na instalação dos mesmos, sem ônus ao município.

Ao engenheiro, responsável técnico, além do que lhe fica assegurado pelos artigos da lei, lhe compete: fazer inspeção periódica à obra, dando esclarecimentos sobre possíveis omissões do projeto, detalhes, cadernos de encargos, especificações e normas de execução, sempre que solicitado.

A contratante terá um engenheiro responsável pela fiscalização da obra, ao qual serão dados todos os esclarecimentos, controles e detalhe sobre o andamento da obra. A obra será periodicamente acompanhada por técnicos da Prefeitura Municipal de Ivoti, a contratante.

1. CERCAMENTO

1.1. Recuperar viga com armadura aparente

Considerando que a viga existente de delimitação da praça na divisa com a servidão está em péssimo estado de conservação, a mesma deverá ser recuperada com revisão dos pontos onde a armadura está exposta, e “grauteamento” nas áreas da viga consideradas afetadas.

Ainda assim, deverá ser verificada toda viga de amarração que delimita a praça e em trechos com armadura exposta, deverá ser feita recuperação da mesma e “grauteamento” nos trechos necessários.

1.2; 1.3. Chapisco e Reboco

Todas as superfícies das vigas e alvenarias na parte interna à praça deverão ser chapiscadas e rebocadas.

O chapisco deverá ser feito com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, que deverá ser aplicado sobre a alvenaria limpa e bem molhada. A espessura da camada de chapisco deve ficar entre 3 e 5mm. A base da parede não poderá ficar amostra em nenhum ponto, apresentando paramento áspero para facilitar a aderência do reboco.

O reboco só poderá ser iniciado após o endurecimento da argamassa de chapisco. As alvenarias deverão ser molhadas antes da aplicação do reboco, sendo que a espessura deverá ficar entre 2,0 e 2,5cm. A argamassa para reboco terá traço 1:2:8 de cimento, areia fina e cal.

O reboco deverá ser regularizado e desempenado à régua (de madeira) e desempenadeira; devendo apresentar aspecto uniforme com paramento perfeitamente plano, não sendo tolerado qualquer ondulação ou desigualdade de alinhamento da superfície. Em áreas a serem pintadas deverão ser anteriormente lixadas, apresentando uniformidade e planimetria.

2. ARQUIBANCADAS

2.1. Pedra Grês

As arquibancadas indicadas em projeto, junto a divisa com a servidão deverão ser executados em pedra grês. Assim, as pedras deverão ser assentadas em fiadas com junta de argamassa respeitando a espessura máxima de 2,5cm, no traço de 1:3 de cimento e areia com junta contra fiada. A altura das muretas será variável conforme níveis estabelecidos no projeto. As arquibancadas deverão ser feitas com extensão e altura conforme indicados em projeto.

2.2. Execução e compactação de aterro

Foi previsto reaterro e compactação do aterro nos trechos onde serão executadas arquibancadas, com acabamento superior em contrapiso. O mesmo deverá ser feito com material escolhido, sem detritos vegetais, em camadas sucessivas de 0,20m de espessura no máximo, adequadamente molhados e energeticamente apiloados, para serem evitadas posteriores fendas, trincas e desníveis por recalque das camadas aterradas.

2.3. Lastro de Brita

Deverá ser previsto lastro de brita com altura de 5cm, sobre o aterro e material compactado conforme projeto na área interna conforme delimitação da mureta em pedra grês para execução da arquibancada, junto a servidão e junto a rua Santa Maria.

2.4. Contrapiso

Deverá ser executado contrapiso com altura de 5cm sobre lastro de brita referido acima, para acabamento da arquibancada prevista junto à servidão, bem como arquibancada a ser executada em mureta existente junto a rua Santa Maria.

a. Chapisco; 2.6. Reboco;

Todas as superfícies das alvenarias dos muros e arquibancadas deverão ser chapiscadas com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

O chapisco será aplicado sobre a alvenaria limpa e bem molhada e deverá ser iniciado após a completa pega da mesma. Deverão apresentar paramentos ásperos para facilitar a aderência do reboco.

O reboco só será iniciado após o endurecimento da argamassa de assentamento das pedras e do chapisco. As alvenarias deverão ser molhadas antes da aplicação do reboco, sendo que a espessura não poderá ultrapassar 2,5cm.

A argamassa para reboco terá traço 1:2:8 de cimento, areia fina e cal.

O reboco deverá ser regularizado e desempenado à régua (de madeira) e desempenadeira; deverão apresentar aspecto uniforme com paramento perfeitamente plano, não sendo tolerado qualquer ondulação ou desigualdade de alinhamento da superfície. Em áreas a serem pintadas deverão ser anteriormente lixadas, apresentando uniformidade e planimetria.

2.7. Selador Acrílico; 2.8. Pintura Acrílica;

Os muros e arquibancadas rebocadas deverão receber acabamento em selador acrílico, com intervalo mínimo de 4 horas para posterior pintura da superfície com tinta acrílica.

Assim, as faces dos muros e arquibancadas após chapisco, reboco e 1 demão de selador acrílico deverão ser pintados com tinta acrílica em ambas faces. A tinta acrílica deve ser aplicada em no mínimo 2 demãos até sua perfeita cobertura, conforme especificação em projeto.

3. QUADRA DE FUTEBOL

3.1. Escavação Manual para viga de borda

Está prevista a escavação manual de vala com altura de 10cm para execução de viga de borda nos limites da quadra de futebol que será cercada com tela de alambrado.

3.2. Viga de borda na quadra

Deverá ser executada viga de concreto armado com 10cm de largura e 15cm de altura total para fixação dos mourões de cercamento da quadra de futebol, devendo mesma ser estar 5cm acima do nível final da quadra após regularização do seu piso;

3.3. Regularização de piso de concreto

Deverá ser executado um contrapiso em concreto armado, com $f_{ck} = 25\text{MPa}$, com espessura variável de 5cm na área prevista para a quadra de futebol com dimensões de 30x17m.

Deverá ser nivelado com régua, com caimentos necessários para as laterais de forma a impedir que acumule água no centro da quadra.

3.4. Remoção de goleiras; 3.5. Instalação de goleiras

As goleiras existentes deverão ser removidas com a finalidade de serem restauradas. Após reforma destas, as mesmas deverão ser recolocadas na quadra.

3.5. Selador Acrílico; 3.6. Pintura Acrílica

Os mourões novos instalados no entorno da quadra de futebol deverão receber acabamento em selador acrílico, com intervalo mínimo de 4 horas para posterior pintura da superfície com tinta acrílica.

Assim, as faces dos mourões após 1 demão de selador acrílico deverão ser pintados com tinta acrílica em todas as faces. A tinta acrílica deve ser aplicada em no mínimo 2 demãos até sua perfeita cobertura, conforme especificação em projeto.

4. QUADRA DE AREIA

4.1. Demolição de Muretas em Pedra Grês

As muretas de pedra grês (chanfros) na área destinada a prática de vôlei, deverão ser demolidas parcialmente de forma que a quadra fique com o formato retangular conforme medidas constantes no projeto.

4.2. Novas muretas em Pedra Grês

Da mesma forma que será necessário demolir parte das muretas existentes na quadra de vôlei, será necessário construir outras a fim de se obter o formato retangular conforme medidas constantes no projeto. As pedras deverão ser assentadas em fiadas com junta de argamassa respeitando a espessura máxima de 2,5cm, no traço de 1:3 de cimento e areia com junta contra fiada. A altura das muretas será variável conforme níveis estabelecidos no projeto.

4.3. Preenchimento com areia fina

Toda a área da quadra de vôlei, deverá ser regularizada e preenchida com uma camada de 0,10m de areia fina.

4.4. Poste para rede de vôlei

Deverá ser instalado postes em tubo de aço galvanizado 3", h=2,55m, com pintura em tinta esmalte sintético.

5. PLAYGROUND

5.1. Execução de Meio Fio de concreto pré-moldado

Deverá ser instalado meio fio de concreto pré-moldado reto no contorno da área de destinada ao playground com o objetivo de conter o pó de britavimentação a ser executada, conforme indicado no projeto. O meio fio deverá ser instalado após escavação e preparação no local para instalação do mesmo, devendo posterior a sua colocação ser feito reaterro nas suas laterais para fixação, sendo respeitados níveis indicados no

projeto. Nos locais onde existe mureta ou onde está prevista execução de mureta em pedra grês não será necessário instalar meio fio.

5.2. Pó de Brita

Toda a área destinada ao playground, deverá ser regularizada e preenchida com uma camada de 0,10m de pó de brita.

5.3. Novas muretas em Pedra Grês

Será necessário construir mureta em pedra grês conforme local demarcado no projeto. As pedras deverão ser assentadas em fiadas com junta de argamassa respeitando a espessura máxima de 2,5cm, no traço de 1:3 de cimento e areia com junta contra fiada. A altura das muretas será variável conforme níveis estabelecidos no projeto.

6. TALUDE E ESCADA

6.1. Relocação de tubulação de água

Será necessário relocar tubulação de água em local onde houve queda do muro de arrimo e a mesma ficou exposta. Tendo em vista que o muro não será reconstruído e, no lugar deste, será reconfigurado um talude, para que a tubulação não fique exposta, desprotegida e atrapalhe na execução da escada, faz-se necessária esta relocação.

6.2. Demolição de muro

Parte do muro que caiu há tempos atrás e que está irregular, deverá ser demolido e no lugar deste, será executado talude.

6.3. Escavação mecânica para reconfiguração de talude

Na área do muro caído, será executado um talude com declividade adequada a fim de garantir a estabilidade do mesmo e execução de escada de acesso.

6.4. Plantio de grama

Para garantir melhor estabilidade do talude da Rua Nova Petrópolis, deverá ser realizado plantio de gramas em placas. A grama deverá ser constantemente cuidada para que não morra.

6.5. Escavação para sapata

Deverá ser providenciada movimentação de terra através de escavação manual para sapata que deverá ser executada no término do muro de contenção que será demolido.

6.6. Lastro de brita para sapata

Deverá ser executado lastro de brita com camada mínima de 5cm, para posterior execução da sapata.

6.7. Sapata

A fundação será do tipo direta, e deverá ser executada para apoio do pilar para amarração e término do muro de contenção que será “cortado”, devendo atender exigências específicas conforme normas da ABNT- NBR6118 e NBR6122, sendo exigido o devido controle tecnológico. A execução compete forma, lançamento, escoramento, desforma e cura.

6.8. Pilar em concreto armado

Será executado pilar de concreto armado no término do muro de contenção da Rua Nova Petrópolis, como estrutura para suporte e amarração do mesmo. Deverá ser prevista colocação de ferros de Ø 5.0mm para ligação da alvenaria existente com o pilar de concreto que será executado. Deverá ser colocado 2 barras de ferro a cada 4 fiadas de alvenaria, sendo executados furos de no mínimo 5cm na alvenaria com furadeira com broca de diâmetro superior ao ferro, e fixados com adesivo à base de epóxi.

6.9. Escada em concreto armado moldada in loco

Para possibilitar o acesso pela Rua Nova Petrópolis, será executada escada em concreto armado moldada in loco. O fck deverá ser de 15Mpa, e formas em madeira serrada.

6.10.; 6.11. Corrimão

Na escada de acesso pela Rua Nova Petrópolis, deverá ser instalado corrimão em tubo de aço galvanizado diâmetro 1 ½”, com pintura esmalte sobre zarcão.

7. PAVIMENTAÇÃO

7.1. Execução de meio fio de concreto pré-moldado

Deverá ser instalado meio fio de concreto pré-moldado reto no contorno da área de pavimentação a ser executada, conforme indicado no projeto. O meio fio deverá ser instalado após escavação e preparação no local para instalação do mesmo, devendo posterior a sua colocação ser feito reaterro nas suas laterais para fixação, sendo respeitados níveis indicados no projeto. Nos locais onde existe mureta ou onde está prevista execução de mureta em pedra grês não será necessário instalar meio fio.

7.2. Pavimentação com blocos de concreto intertravados, 6cm

Trata-se de blocos de concreto intertravados, assentados sobre um colchão de areia, travados por meio de contenção lateral e atrito entre as peças. Permitem manutenção sem necessidade de quebrar o calçamento para a execução da obra. Os blocos serão assentados sobre camada de pó de brita, sem rejunte para permitir infiltração das águas. Os blocos a serem empregados serão de concreto, com resistência final a compressão e abrasão de no mínimo 35Mpa, conforme normas da ABNT e nas dimensões e modelos conforme projeto. Os cortes de peças para encaixes de formação dos pavimentos. Deverão ser observadas as espessuras de cada tipo de piso, sendo que o bloco utilizado terá espessura geral de 6cm. O nivelamento superior das peças deverá ser perfeito, sem a existência de desníveis, degraus ou ressaltos. Para evitar irregularidades nas superfícies,

não se deve transitar sobre a base antes do assentamento dos blocos. Como só haverá trânsito de pedestres, o assentamento se dará sobre o solo nivelado e compactado, seguido de camada de pó de brita, na espessura de 7cm. Posteriormente, far-se-á o aplainamento da superfície com uso de régua de nivelamento, após o que a área não pode mais ser pisada. O rejuntamento das peças será feito com areia fina. O excesso de areia deverá ser eliminado por varrição. O trânsito sobre a pavimentação só poderá ser liberado quando todos os serviços estiverem completos.

8. ÁREAS DE LAZER

8.1. Demolição de mureta de Pedra Grês

O octógono em pedra grês, existente no entorno da quadra, deverá ser demolido por completo. Deverá ser providenciado destino adequado ao entulho gerado devido à estas demolições.

8.2. Plantio de Grama

Deverá ser realizado plantio de gramas em placas nas áreas demarcadas em projeto. A grama deverá ser constantemente cuidada para que não morra.

8.3. Pergolado em madeira

Na área de lazer deverá ser instalado pergolado em madeira grápia, conforme projeto, com bancos e acabamento lixado e em verniz natural incolor.

9. ILUMINAÇÃO

Instalação de postes com refletores na quadra de futebol

Deverão ser instalados quatro postes com refletores para iluminação na quadra de futebol. Serão quatro postes que devem ser instalados nas laterais da quadra com uma luminária led refletor luz branca 100W cada.

O poste existente dentro da quadra de vôlei deverá ser deslocado para fora da quadra, conforme projeto.

Está previsto eletroduto corrugado reforçado pvc ¾" para passagem dos condutores de 2,50mm², a ser aterrado a partir dos postes existentes e para ligação dos pontos de iluminação dos postes a serem instalados.

Deverão ser instaladas caixas de passagem para tubulação elétrica no pé dos postes, onde tão somente serão permitidas emendas nos condutores, devidamente isolados.

10. MELHORIAS GERAIS

Todos os muros deverão ser lavados com lavajato sob pressão. As faces internas dos muros de fechamento em pedra grês receberão chapisco e reboco e posterior aplicação de selador acrílico e tinta acrílica.

O mourões e a caixa de medição existentes também deverão ser pintados.

A obra deverá ser mantida limpa com remoção periódica de entulhos e limpeza permanente da obra.

Será feita vistoria geral, por técnicos da contratante, para assinalar todos os retoques e arremates necessários, que deverão ser providenciados imediatamente.

Durante a execução da obra, periodicamente, a mesma será vistoriada, tendo em vista a inspeção e aprovação dos materiais a serem utilizados para a construção.

O entulho da obra deverá ser dispensado em locais legal e ambientalmente permitidos.

A obra deverá ser entregue limpa com remoção de entulhos e em condições de uso pela comunidade.

Ivoti, 25 de março de 2020.

Eng.^a Civil Cíntia E. Souza – CREA 194785